

Saneamento sai do papel para as obras

O próximo ano será um marco na história do saneamento básico em Brasília: terá início um programa no fim do qual a cidade terá zerado seus problemas de água e esgotos nas estruturas urbanas, incluídas as cidades-satélites. E terá avançado muito em direção ao equacionamento de um dos seus problemas mais cruciais — o da poluição do Lago Paranoá: as obras saem da fase do projeto, em que estiveram hibernadas por mais de cinco anos, para o ataque ao adiantado estado de apodrecimento do seu leito.

Esses avanços foram possíveis graças à nova filosofia de trabalho do governo José Aparecido para este importante setor básico, para a saúde do Distrito Federal: os projetos saem do papel para os canteiros de obras.

Na realidade, o saneamento, em Brasília, viveu os últimos vinte anos praticamente sem verbas para soluções duradouras. Foi uma longa etapa de obras ligeiras, sem preocupação com o futuro, sem sequer um acompanhamento racional do crescimento vegetativo das comunidades.

O que predominou, na Velha República, foi a concepção apressada de que obras debaixo do chão não fazem imagem. Daí talvez a falta de empenho dos administradores da capital, em ir buscar o dinheiro, os recursos necessários para soluções definitivas ou pelo menos estruturais.

Ainda hoje aparecem os defensores de teses, para o setor, sem base em estudos de profundidade, calcadas em informações muitas vezes aventadas, usadas como quem «joga para a plateia». Felizmente, o governo José Aparecido tem calado esses pregoeiros de miragens com o realismo de sua ação administrativa.

Em busca do ouro

Pouco tempo depois de assumir o governo, o deputado José Aparecido de Oliveira iniciou uma luta que seria decisiva para sua administração: conseguir os recursos para os grandes projetos que inseriam soluções definitivas ou duradouras para problemas estruturais do Distrito Federal.

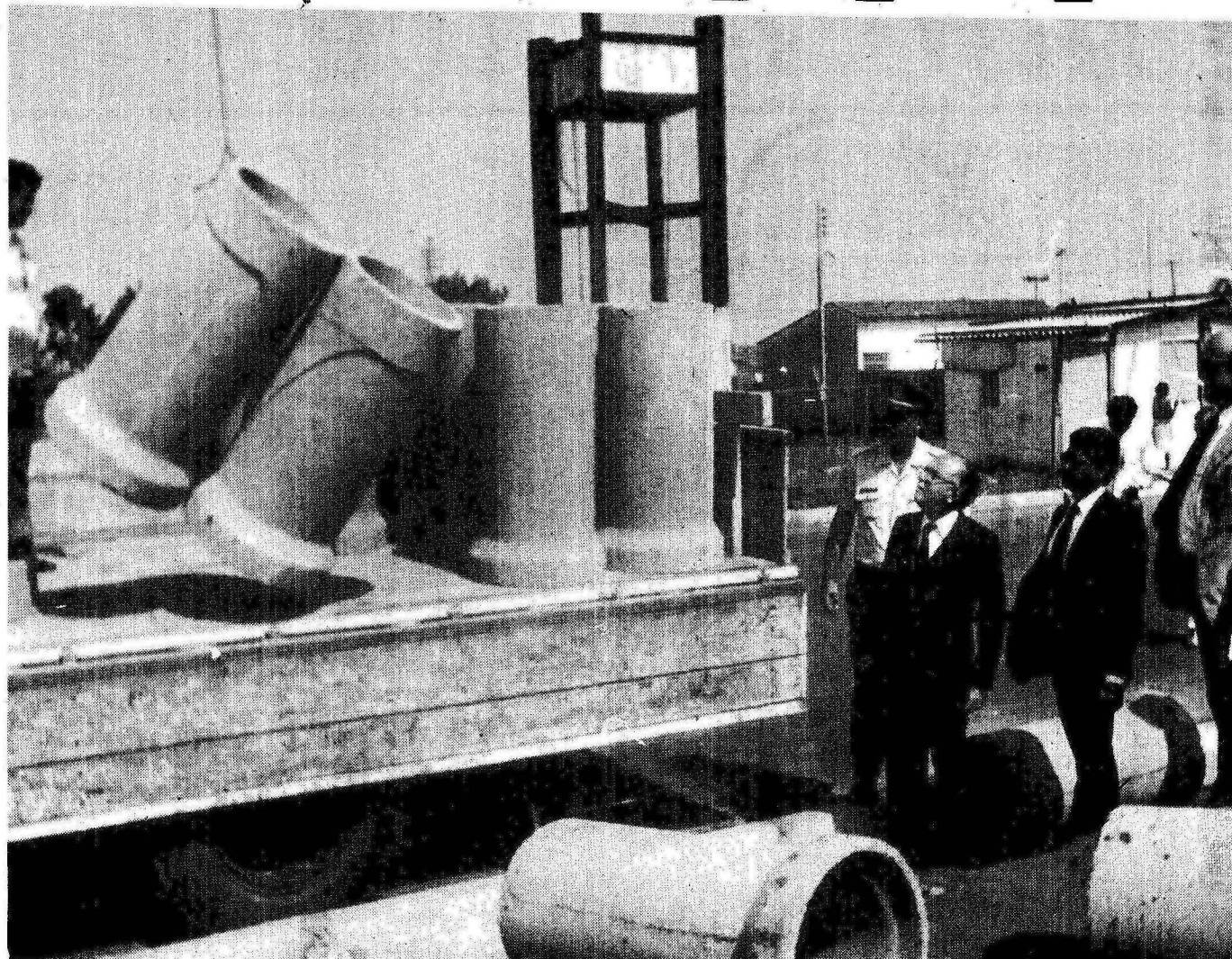
Essa estratégia foi adotada imediatamente para a questão do Lago Paranoá: havia o projeto de despoluição, que não saía da gaveta porque ninguém queria «amarrar o guizo no pescoço do gato», ou seja, ninguém enfrentava o Governo Federal na busca dos recursos indispensáveis a essa obra tão importante para a saúde da cidade como urgente.

O governador José Aparecido já levantou nada menos de Cr\$ 509 bilhões para o projeto de despoluição do Paranoá — o suficiente para três a quatro anos de obras. Ainda não é a solução definitiva, mas o processo terá disparado e de maneira irreversível.

A complementação de redes de água e esgotos nas satélites, a implantação desses serviços nas novas áreas populacionadas era outro projeto que não saía dos gabinetes pela mesma e velha razão: não haviam recursos. O governador já levantou esses recursos, hoje em torno de Cr\$ 68 bilhões.

A batalha do Lago

Ao lado da ciclovia, o trabalho de despoluição do Lago Paranoá tem im-



O governador José Aparecido inaugurou um novo estilo na execução de obras de saneamento no DF

plicações decisivas para a melhoria da qualidade de vida da população do Distrito Federal. O crescimento acelerado da população e o rápido desenvolvimento urbano alcançado por Brasília, nos últimos anos, puseram em risco a própria vida do principal lençol d'água e que se constitui no mais importante fator de equilíbrio das condições ambientais da capital da República.

Esse adensamento da população e o «boom» imobiliário que o acompanhou prejudicaram sensivelmente o projeto original de aproveitamento do Lago como área de lazer, ao lado de seu papel fundamental na ecologia regional. E isso ocorreu porque não houve a preocupação de olhar para o futuro, ali.

Foi pensando inversamente que a atual administração da Companhia de Água e Esgotos de Brasília — CAESB, afinada com a filosofia de governo do deputado José Aparecido, inseriu a despoluição do Lago Paranoá entre suas prioridades.

Essa decisão de governo foi lastreada no fato de que a limpeza do Paranoá é fundamental para a preservação do seu potencial de lazer, como elemento paisagístico, área de pesca esportiva e para a melhoria do microclima de Brasília.

Nesse esforço para dar nova vida às águas que margeiam a Capital do Brasil estão mobilizados, além do próprio governo e a Caesb, as Se-

cretarias de Serviços Públicos e de Viação e Obras, que integram, com suas ações, o Programa de Recuperação do Lago Paranoá.

Maior lago artificial do País em perímetro urbano, o Paranoá tem uma superfície líquida de aproximadamente 40 quilômetros quadrados e acumula cerca de 560 milhões de metros cúbicos de água.

Mas, desde seu enchimento, em 1961, esse grande reservatório vem sofrendo graves alterações de suas características. A utilização agrícola de terras adjacentes, a erosão do solo, o carreamento de matérias orgânicas e tóxicas e o escoamento superficial de esgotos são alguns dos fatores de degradação de suas águas.

E é exatamente este último o processo mais crítico de degradação do Lago. E o fenômeno da eutrofização ou excessiva adubação do fundo de suas águas. As consequências diretas são a proliferação de algas, o surgimento de mau cheiro, a mortandade de peixes. Seu descobrimento imediato é a ocorrência de sérios riscos para a saúde da população.

Objetivos do Programa

O Programa de Recuperação do Lago Paranoá tem como objetivo básico devolvê-lo às suas características básicas originais e recuperar sua integral função ecológica a serviço da comunidade. O Programa detona uma

série de medidas na área de saneamento básico, proteção e recuperação de recursos hídricos. Implica também numa solução definitiva para o problema do esgotamento sanitário do Núcleo Bandeirante, Guará I e II, Setor de Indústria e demais áreas do Plano Piloto.

Para isso, o elenco de medidas inseridas no Programa envolve o recolhimento de dejetos e o equipamento das Estações de Tratamento de Esgotos Sul e Norte com sistemas de remoção biológica, através do processo conhecido como «Bardenpho Modificado» ou «Phoredox Modificado». Esse processo é complementado com a aplicação de sulfato de alumínio, seguida de floculação e flotação.

Há anos, a Caesb desenvolve estudos e pesquisas para testar e adequar esse processo pioneiro à realidade local. Para isso, tratou de absorver sua tecnologia, através da assessoria de consultores técnicos e de empresas nacionais e estrangeiras especializadas no assunto. O processo foi inicialmente testado na estação piloto e provisoriamente adaptado à estação existente em Brasília.

Na realidade, a introdução desse processo, via Caesb, representa para o País a absorção de uma tecnologia de ponta de fundamental importância para o desenvolvimento, no Brasil, de conhecimentos técnicos avançados de esgotamento sanitário.